

OS FUNDAMENTOS DO PROBLEMA DO REALISMO

Felipe Castelo Branco Medeiros

Graduando em Filosofia pela Universidade de Brasília - UnB

RESUMO

Este trabalho visa discutir o problema do realismo, mais precisamente a abordagem denominada de “realismo natural” e o antirrealismo proposto por Michael Dummett. A abordagem aqui utilizada privilegia essas duas posições por um motivo muito simples: elas parecem exemplificar e contrastar as questões acerca dos fundamentos do problema do realismo. O propósito desse trabalho é fazer uma exposição que mostre como a partir de uma questão fundamental, qual seja uma teoria acerca da percepção, e do tratamento desta questão como um postulado básico para suas teorias, Putnam e Dummett constroem teorias radicalmente diferentes, uma o “realismo ingênuo” e outra o antirrealismo de Dummett, que ainda assim são alternativas genuínas uma a outra. Nesse sentido o que esse trabalho irá mostrar é como a argumentação a favor de cada teoria é fundada em um pressuposto axiomático e como a adoção de uma ou outra teoria da percepção pode nos conduzir de uma a outra teoria por um meio legítimo que não incorre em incoerência argumentativa.

Palavras-Chave: Michael Dummett, Metafísica, Realismo, Teoria do significado, Hilary Putnam.

ABSTRACT

This paper seeks to discuss the problem of realism, more precisely it seeks to discuss the approach commonly known as “natural realism” and the form of anti-realism proposed by Michael Dummett. The paper privileges these two positions due to one extremely simple reason: those two seem to exemplify and contrast the issues regarding the foundations of the problem of realism. The purpose of this work then is to make an exposition which will show how based on an assumption regarding a fundamental question, namely the question of how should be a theory of perception, and the regarding of this question as thoroughly settled and undisputed, Putnam and Dummett will both go to construct radically different theories, one who will be called a form of naïve realism the other Dummett’s anti-realism, which we content are still genuine alternatives one to another. In this sense what this works proposes to do is to show the following: The argumentation in favor of each theory is founded on the axiomatic presupposition, of a given theory of perception and furthermore the rejection of a given theory in favor of another can equally take us from one theory to another without incurring in argumentative inconsistency.

Key-words: Michael Dummett, Metaphysics, Realism, Meaning-theory, Hilary Putnam.

0. Apresentação do problema

Rorty em *Objetivismo, Relativismo e Verdade* diz que o fechar do século XX vê-se ainda defrontado, de forma forçosa, com uma tópica que era proeminente ainda em sua abertura, qual seja, a questão do realismo. Em certa medida, entretanto, podemos dizer que ao longo do período tal discussão modificou-se, pois enquanto no início do século o paradigma parecia concentrar-se na oposição entre realismo e idealismo, atualmente o paradigma, ao menos na filosofia analítica, concentra-se primariamente na adoção de posições realistas ou antirrealistas. O problema, então como se apresenta para nós, é o de, em inúmeras questões, que posição adotar, realista ou antirrealista, e de quais são os argumentos e justificativas a favor de uma posição ou da outra e, finalmente, por último, como devemos avaliar tais argumentos.

1. O que são o realismo e o antirrealismo

Provavelmente, a forma mais simples de se explicitar o que vem a ser o realismo seria defini-lo em termos linguísticos como a tese de que “certas expressões [aquelas a que o tipo de realismo se aplicam] possuem genuinamente uma referência” (DUMMETT, 1978: 145), ou seja, como posição filosófica, o realismo, pode ser definido como a defesa da existência de entidades [a quais o tipo de realismo se aplica] independente de nosso intelecto ou de nosso repertório linguístico. De forma análoga, o antirrealismo pode ser definido como a tese de que certas expressões de nossa linguagem não possuem referência genuína ou, filosoficamente, que há um determinado grupo de entidades que não existem independentemente de nosso intelecto e/ou repertório linguístico. Mas o que quer dizer afinal essa definição? Para tornar a definição que utilizamos mais clara, utilizar-nos-emos ao longo desta seção de um exemplo, qual seja, a disputa acerca da ciência¹. No contexto da disputa realista/antirrealista acerca da ciência poderíamos dizer o seguinte: A posição realista na ciência, que é simplesmente chamada de realismo científico, consistiria na defesa da ideia, no plano linguístico, de que as teorias científicas são verdadeiras e que possuem uma referência genuína, ou na defesa da posição

¹ Falaremos aqui sobre realismo e antirrealismo científico apenas de modo muito abreviado. Para uma melhor apresentação panorâmica do debate realismo científico/instrumentalismo veja o capítulo Science no livro *Realism and Anti-Realism*.

filosófica, que as entidades postuladas pelas teorias corretas da ciência (como quarks, neutrinos e a matéria negra) realmente existem, de forma independente de nosso intelecto, repertório linguístico ou categoria da subjetividade. De forma análoga, a posição antirrealista em relação às ciências, que pode ser chamada simplesmente de instrumentalismo, consiste na tese, quando exprimida no plano linguístico, de que as teorias científicas não possuem necessariamente uma referência genuína, ou quando posta em termos filosóficos mais gerais, de que as entidades postuladas pelas teorias científicas não existem genuinamente e/ou independentemente de nossas mentes, mas que são apenas construtos teóricos úteis para uma teoria e para a realização de boas previsões, ou seja, são apenas bons instrumentos.

Ao observarmos essas definições, notamos que elas podem ser úteis na medida em que, ao menos em um plano primeiro, nos explicam o que vem afinal a ser o realismo e o antirrealismo. Mas quanto a questão de adotarmos uma posição realista ou antirrealista, quanto aos méritos por trás de cada uma das posições e aos argumentos que as sustentam, certamente precisaremos ir mais a fundo, precisaremos buscar entender precisamente no que consiste ser um realista ou antirrealista à respeito de certas entidades ou certos termos, precisaremos enfim aprofundarmos essas definições. Tendo em vista esses objetivos, podemos então aqui seguir o caminho que nos é apontado por Dummett ao dizer-nos que a diferença entre o realismo e o antirrealismo consiste prioritariamente na forma em que o realista ou o antirrealista encara o método de determinação de se uma sentença é verdadeira ou falsa.

Para Dummett, e para nós, este será o ponto nevrálgico sobre o qual reside a base na qual se constrói a defesa e a justificação da posição realista e/ou da posição antirrealista. Podemos explicar esse ponto da seguinte forma:

Para o antirrealista, a única instância onde ocorre a possibilidade de existência de algo como a verdade, reside na própria identificação da verdade de uma proposição, ou seja, na forma pela qual nós podemos de algum modo verificar se os componentes daquela proposição constituem em uma proposição verdadeira. Nesse sentido só podemos reconhecer algo como verdadeiro quando somos confrontados com os meios pelos quais tais coisas se dão como verdadeiras. Mas ora, se isso é o caso, é concebível então que, em certas ocasiões, quando somos incapazes de verificar diretamente se uma proposição é ou não verdadeira, uma proposição tenha um valor de verdade que não seja portanto "nem o verdadeiro, nem o falso" (DUMMETT, 1978; 147). Retornando ao nosso exemplo da ciência, isso iria querer dizer o seguinte: O que há de útil

nas proposições científicas é que, dentro de um sistema elas realizam boas previsões. Se houvesse um meio pelo qual pudéssemos determinar se uma teoria científica possui valor de verdade, seria a verificação de se tal valor de verdade ocorre. Nesse sentido o que daria o significado e o valor de verdade de uma proposição científica seria uma possível exposição do método pelo qual somos capazes de julgar se tal teoria é verdadeira, se tal exposição não existe, nós não possuímos boas razões para sequer pensarmos em teorias científicas como possuindo valores de verdade.

O realista, por sua vez, possui como o cerne de sua posição, a crença de certa forma contrária à do antirrealista. De certa forma podemos dizer que o ponto central que tipifica a posição realista é a tese básica de que há, de qualquer forma e em todo caso, algo como a verdade. Com isso queremos dizer o seguinte: A posição realista consiste na tese de que, para um determinado tipo de realismo, o corpo de proposições acerca daquela questão possui uma determinada referência, um determinado valor de verdade, e que "os significados das asserções dessa classe disputada não estão ligados diretamente ao tipo de evidência que possuímos delas, mas consiste na maneira de sua determinação como verdadeiro ou falso por estados de coisas cuja existência não é dependente de nós possuímos evidência para esta existência." (DUMMETT, 1978; 146) Em outras palavras, podemos dizer que o realismo acredita que determinadas asserções possuem um valor de verdade que é, em última análise, independente de nossos meios de conhecê-lo². No contexto do nosso exemplo da ciência, uma posição desse tipo quererá dizer o seguinte: As teorias científicas são determinadamente verdadeiras ou falsas. A questão de que as teorias científicas são revisáveis, ou o fato de elas possuírem ou não uma exposição do que estamos falando ao falarmos de tal teoria é irrelevante para o seu valor de verdade. Nesse sentido a posição realista em relação a ciência é por si só, uma garantia de que uma proposição científica possui um valor de verdade, independentemente do fato de nós possuímos ou não uma exposição de como determinamos esse valor de verdade.

Tendo-nos aprofundado assim na questão do que é afinal um realismo e do que é um antirrealismo e de quais são os padrões sobre os quais podemos analisar, compreender e até mesmo estabelecer juízos sobre a questão, podemos agora seguir em frente e entrarmos no realismo e antirrealismo próprios, ou ao menos em uma forma deles, ponto este onde

² Essa pelo menos é a caracterização que Dummett faz do problema e que parece ser plenamente apropriada para a forma como tentaremos debruçar-nos sobre o problema aqui.

desenvolveremos nossas reflexões acerca de afinal por que adotar uma posição realista ou por que adotar uma posição antirrealista no campo filosófico.

2. Putnam e Dummett: antirrealismo e o realismo ingênuo

Neste trabalho, lidaremos principalmente com o antirrealismo de Michael Dummett e a forma de realismo defendida por Putnam comumente denominada de "realismo ingênuo". Essas não são de nenhuma forma as únicas posições existentes quando nos referimos a realismo ou antirrealismo. Em fato, o "realismo ingênuo" não pode ser considerado sequer a representação mais comum ou básica de uma posição realista, ele possui particularidades que o tornam absolutamente distinto do que chamaríamos comumente de uma forma de "realismo metafísico". Ainda assim, essa será a forma de realismo que iremos enfatizar aqui. As razões para isto são muitas: Entre eles estão o fato de que: (a) Em algum nível, as duas posições podem ser ditas como advindas de interpretações distintas dos argumentos do segundo Wittgenstein. (b) O fato de o próprio Putnam utilizar o antirrealismo dummettiano como o paradigma de suas críticas ao antirrealismo, tornando o contraste entre essas posições um algo quase sempre presente nos debates filosóficos. Entretanto o motivo principal não é nenhum destes.

O motivo principal reside na tese que subjaz a este trabalho, tese esta que pode ser enunciada aqui, de forma primitiva, como um argumento da seguinte forma:

(1) Os argumentos de Dummett a favor do antirrealismo parecem ser extremamente fortes, cogentes, bons e contra estes nos parece ser extremamente difícil debater-nos tomando por base a aceitação do seu postulado. Em suma, o argumento de Dummett a favor do antirrealismo poderia ser decisivo e de uma muito difícil recusa racional uma vez que tenhamos admitido o seu postulado.

(2) Ora, o argumento de Putnam a favor do "realismo ingênuo" distingue-se essencialmente do "realismo metafísico", pois ele recusa o postulado que tanto o "realista metafísico" como o anti-realismo de Dummett compartilham.

(3) Logo o argumento de Putnam é uma alternativa genuína, e que deve ser considerada, ao argumento de Dummett.

O ponto deste trabalho é (3), uma tese, que se segue de nossas crenças em (1) e em (2). Tendo por base essa tese subjacente, o que faremos neste trabalho é o seguinte: Estabeleceremos

qual é afinal o postulado de cada um desses argumentos e posteriormente iremos expor a forma como a qual cada um desses argumentos se dá. Ocupar-nos-emos disso aqui pois acreditamos que uma exposição clara desses argumentos, é um primeiro passo, um importantíssimo e necessário diga-se de passagem, para que possamos ter uma concepção clara não só do que está em jogo quando falamos de realismo e antirrealismo, mas também para podemos decidir de forma plenamente racional e consistente que posição adotar.

3. O postulado antirrealista de Dummett e o postulado realista de Putnam

Chegamos ao ponto onde poderemos demonstrar qual é a diferença fundamental entre a posição do realismo de Putnam e o antirrealismo de Dummett. Mas para podermos falar disso devemos antes apontar o fato de que, apesar de distintas, as duas posições partem do mesmo princípio inicial, qual seja, o questionamento acerca do que é afinal compreender o significado de uma linguagem e de que modo, ou de qual jeito nossas noções linguísticas determinam o que é, afinal, o mundo.

Como dissemos acima, a linguagem e os meios pelos quais lidamos com ela são aqui encarados como determinantes para que constituamos nossa ontologia acerca do mundo. Nesse sentido os postulados realistas e antirrealistas que apresentaremos a seguir podem então ser encarados como posições diferentes acerca de como devemos entender nossa linguagem e como nossa ontologia deve ser constituída. Tendo isso em vista, sigamos então em frente e examinemos a questão da linguagem, usando como guia o caminho sugerido por Dummett.

A posição de Dummett é a de que o modo pelo qual compreendemos nossa linguagem e constituímos nossa ontologia pode ser explicado a partir de nossa noção de significado. É a partir do significado que nós “sabemos quando podemos corretamente asserir algo” (DUMETT, 1978: 146), e que compreendemos o conceito de verdade e do que é afinal entender uma sentença. É a partir desse meio que constituímos nossa ontologia e, para Dummett, é uma teoria do significado que dará as bases para resolver os problemas acerca da querela realista e antirrealista.

Para Putnam, a resolução do problema da linguagem se dará em um âmbito notadamente diferente. Putnam observa que a questão “como é que a linguagem acopla-se ao mundo?” é, no fundo, uma retomada da antiga questão “como é que a percepção se acopla ao mundo?” (PUTNAM, 2008: 27). É a partir desta observação que Putnam desenvolve seu “realismo

ingênuo” (ou “realismo natural”), tomando como base a intuição de que os problemas acerca da linguagem e do realismo/antirrealismo têm suas raízes no fato de que em meio a este debate foi ignorado o problema da percepção.

O problema do realismo/antirrealismo para Putnam, então, coloca-se no âmbito de um problema acerca da percepção, de forma mais precisa o problema consiste justamente no fato de que, desde a modernidade, é um lugar comum em filosofia a desastrosa ideia de que:

tem de haver uma interface entre nossas capacidades cognitivas e o mundo exterior- ou, em outras palavras, a ideia de que nossas capacidades cognitivas não conseguem chegar aos próprios objetos. (PUTNAM, 2008: 24)

É a partir dessa ideia de Putnam que então poderemos, finalmente, traçar os axiomas ou postulados básicos do realismo natural e do antirrealismo dummetiano. Esses axiomas como deve já ter se tornado claro a este ponto, dizem respeito à questão da percepção, e são axiomas devido ao fato de que: eles são tomados como princípios operatórios básicos a partir da qual a argumentação e a tese respectivas são desenvolvidas. Sigamos agora em frente e, por fim, formulemo-los:

Axioma de Dummett: A percepção é acerca de “dados dos sentidos”, ou seja, é um conteúdo mental que possui no máximo uma ligação de modo causal, não uma ligação de modo cognitivo com os objetos existentes.

Axioma de Putnam: A percepção bem-sucedida é uma *apreensão pelos sentidos* de aspectos da “realidade exterior”, ou seja, possui uma ligação cognitiva com os objetos existentes.

O axioma de Dummett é a posição corrente em filosofia da percepção desde a modernidade e é a partir dele que Dummett irá derivar o seu antirrealismo. O axioma de Putnam, por sua vez, é a posição que ele atribui a “seu punhado de heróis na história da filosofia” (PUTNAM, 2008: 27), entre eles William James, John Austin e o segundo Wittgenstein, e é da onde derivará o “realismo natural”.

Uma vez tendo determinado quais são os postulados, poderemos seguir agora em frente e voltarmos finalmente para os argumentos a favor do antirrealismo dummettiano e do “realismo natural”. Começemos pelo antirrealismo dummettiano.

4. O antirrealismo dummettiano

Como dissemos anteriormente, a posição de Dummett emana do pressuposto, ou axioma³, de que a nossa percepção é uma capacidade que se relaciona meramente a um conteúdo mental, conteúdo mental este que não possui uma relação nem isomórfica, nem estritamente direta com a realidade exterior cuja nossas intuições do senso comum costumam fazer acreditar que possuímos alguma espécie de apreensão legítima.

Este pressuposto acerca da percepção, por sua vez, levará Dummett à ideia de que disputas acerca de realismos e antirrealismos devem ser resolvidas num plano, não da investigação empírica como alguns poderiam sugerir, mas sim no plano da investigação linguística onde questões acerca de realismo e antirrealismo serão resolvidas pela resolução das disputas acerca de “se classes de asserções devem ser tratadas como correspondentes à realidade ou se é algo diferente que, em última análise, proporciona o seu valor de verdade” (DUMMETT, 2010: 127). Mas o que levará Dummett a essa ideia de que disputas acerca do realismo podem ser tratadas como disputas acerca de uma classe de asserções? Igualmente importante, será que essa tradução nos levará mais perto de uma solução para o problema, ou seja, será que possuímos métodos para resolver disputas acerca de quais classes de asserções retiram seu valor de verdade de uma teoria da verdade a lá Tarsky? Responder a essas questões jogará uma luz sobre o projeto do antirrealismo dummettiano, e é então sobre elas que nos debruçaremos em seguida.

O método de Dummett para tentar responder a querela do realismo e antirrealismo tomará como base a tese, que ele caracterizará como central a filosofia analítica, de que:

A tese, na filosofia da linguagem, de que o significado de uma sentença é determinado pela condição para que ele seja verdadeiro, pode ser, de uma vez, transposta para a tese, na filosofia do pensamento, de que o conteúdo de um pensamento é determinado pela condição para que ele [esse pensamento] seja verdadeiro⁴

Essa tese, somada a constatação de que realismo e antirrealismo não são teses que podem ser objetos de descoberta junto às proposições que ele deseja interpretar, mas sim “uma doutrina acerca do estatuto da interpretação dessas proposições” (DUMMETT, 1991: 8), conduzirá Dummett à ideia de que, uma vez que uma solução empírica do problema do realismo não parece

³ Utilizamos aqui o termo em seu sentido aristotélico, ou seja, como um postulado básico sobre o qual a argumentação é construída e em relação a qual uma prova cabal não é demonstrada.

⁴ Tradução livre de: Dummett, Michael. *The Logical Basis of Metaphysics*. Pág. 3

ser possível, a solução para a questão metafísica do realismo repousa na *interpretação correta* de uma classe de asserções, ou seja, na descrição adequada dos processos pelos quais nós [os seres humanos em seu papel de agente comunicativo] compreendemos o uso adequado de palavras de uma linguagem. Uma descrição como essa, ou seja, uma descrição de tudo que uma criança aprende durante o processo de adquirir uma linguagem é o que, ao fim e ao cabo, consiste em uma teoria do significado.

O método de Dummett para resolver o problema do realismo diz respeito ao que se passa na filosofia da linguagem e pela preocupação de criar uma teoria do significado que explique como nós usamos a linguagem na nossa vida normal e no dia-a-dia. Tendo em vista essa determinação, obviamente o que nos resta é perguntar por essa teoria do significado. Como afinal é construída essa teoria do significado? No que precisamente consiste ela?

Segundo Dummett a noção fundamental de que uma teoria do significado deve dar conta é a de que: esta última deve lidar com a intuição básica de que as noções de verdade e de significado estão intimamente conectadas, portanto uma teoria do significado deve prover uma concepção da verdade. Nesse sentido, uma teoria do significado da linguagem é muito próxima de uma teoria semântica formal, em fato a tese de Dummett é de que uma teoria semântica é plausível apenas até o ponto em que pode servir como base para a construção de uma teoria do significado. Entretanto há ainda uma diferença entre as duas, notadamente, o fato de que uma teoria formal se preocupa com a noção de *verdade dentro de uma interpretação*, enquanto a teoria do significado se preocupa com apenas uma interpretação da linguagem, nomeadamente a interpretação correta e/ou apropriada [da linguagem], portanto a sua noção central é simplesmente a de *verdade*.

Tendo em vista essa aproximação e a formulação comum de que entender uma sentença é entender as condições sob as quais uma sentença é verdadeira, Dummett irá dizer que a expressão comum em filosofia, ou seja, a forma realista, de uma teoria do significado é a tese de que uma teoria do significado deve basear-se na noção clássica condicional-veritativa, ou seja, no esquema (T).⁵ E é aqui que finalmente chegamos aos motivos pelos quais Dummett é um

⁵ O esquema, ou convenção (T) é o princípio “da descitação” formulado por Tarsky e que consiste no que segue. A caracterização de uma proposição como verdadeira pode ser feita quando uma proposição “p” se adequa ao seguinte princípio: “p” é verdadeira, se e somente se, p. Esse esquema, que influenciou profundamente o modo

antirrealista. A raiz do antirrealismo dummettiano é justamente a recusa desse tipo de teoria do significado. A adoção de outro tipo de teoria do significado é o movimento que caracterizará e formulará as bases do antirrealismo dummettiano. Mas por que Dummett recusa este tipo de teoria do significado? A recusa de Dummett dessa teoria pode ser atribuída a três críticas distintas porém conectadas, e esclarecê-las lançará finalmente luz sobre a questão do que é e quais são as motivações do antirrealismo proposto por Dummett. Examinemo-las uma por uma:

(1) A primeira crítica diz respeito à questão de quais leis da lógica devem ser adotadas em nossa teoria do significado. Lógicas diferentes [como a intuicionista, por um exemplo] aceitam ou recusam leis diferentes [como a lei do terceiro excluído ou a dupla negação]. Essas leis e a interpretação das constantes lógicas, por sua vez, fazem parte da estrutura que subjaz a nossa linguagem e, portanto uma teoria do significado deve dar conta de que leis lógicas se aplicam na nossa linguagem. Em princípio, uma teoria como a do esquema (T) seria capaz de resolver essa questão uma vez que nesse esquema as leis se adequariam a uma linguagem-objeto se, e somente se, se adequassem à sua metalinguagem. Entretanto, tendo em vista que o objetivo de uma teoria do significado é, o de obter uma concepção de *verdade geral* baseada no que é a interpretação adequada dos modos como apreendemos e utilizamos a linguagem, vemos que esquemas como a convenção (T), acabam por simplesmente transferir a questão de que leis lógicas deveríamos aceitar para a metalinguagem. Isso, por sua vez, não produz uma resposta adequada acerca da questão de que leis lógicas devem valer para uma teoria do significado. De fato, o problema parece de ser apenas deslocado, uma vez que a solução proposta pela concepção clássica aparenta fazer apenas o seguinte: responder quais leis devem ser adotadas *dentro de uma interpretação*, ou seja, dentro de uma linguagem já determinada por uma metalinguagem específica.

(2) A segunda crítica surge diretamente de uma crítica ao esquema (T) e para explicá-la reproduziremos aqui um exemplo do esquema:

“A neve é branca” é uma frase verdadeira se, e somente se, a neve é branca.

De um ponto de vista intuitivo o esquema exibido acima parece incompleto. É incompleto, na medida em que, parece deixar algo importante acerca da significação

como o conceito de verdade é tratado pode ser encontra na obra de Tarsky, *O conceito de verdade nas linguagens formalizadas*.

inatingido por sua capacidade explicativa. Segundo Dummett, essa intuição pode ser explicada pelo fato de que essa teoria apenas explica como nós entendemos um conceito em função da nossa linguagem o que, como demonstrado pelo fato de que tal explicação só seria inteligível para quem já conhece o conceito da linguagem, explica apenas como entendemos nossa língua, não o que são os próprios conceitos que colocamos em forma de linguagem.

- (3) A terceira crítica, que é a mais forte, é uma continuação de (2). Ela diz que a teoria condicional-veritativa do significado é incoerente, pois na medida em que esta teoria do significado faz um apelo ao nosso entendimento prévio da linguagem-objeto para explicar esta linguagem-objeto, a teoria não dá conta de uma parte importante de qualquer teoria do gênero, qual seja a nossa compreensão. Nossa compreensão é importante, pois a capacidade de entender uma linguagem é uma parte integral do seu uso; afinal é um truísmo o fato de que duas pessoas podem conversar em uma linguagem que ambas conhecem apenas devido ao fato de que uma entende o que a outra fala. Nesse sentido, Dummett acredita que a teoria clássica falha clamorosamente, pois “se o significado de uma asserção é dado por suas condições de verdade, então um entendimento dessa asserção deve consistir no conhecimento dessas condições” (DUMMETT, 2010; 133). Ora, se isso é o caso, o conhecimento dessas condições pode ser tomado como sendo a compreensão dos meios por quais decidir o valor de verdade de uma declaração. Nesse caso, essa compreensão não precisaria ser capaz de ser descrita, sendo o suficiente a demonstração da habilidade de decisão. Por fim, deve-se dizer que nem toda declaração pode, em princípio, ser decidida sempre dessa maneira. Se esse é o método de compreensão da verdade, segue-se que nem toda proposição pode ser decidida como verdadeira ou falsa. Mas o que isso implica? Segundo o princípio da bivalência, toda proposição deve ser determinadamente verdadeira ou falsa. Se aceitarmos o princípio da bivalência, a habilidade de um falante de entender o que é dito, ou seja, de entender a condição de verdade de uma proposição, pode ser explicada apenas como ele tendo uma concepção interior dessa condição. Devemos lembrar agora que o raciocínio de Dummett começa pela sua caracterização da filosofia analítica como possuindo o pressuposto de que “uma explicação filosófica bem sucedida do pensamento pode ser

dada a partir de uma explicação filosófica bem sucedida da linguagem”⁶. Mas agora parece que a compreensão de um falante acerca de uma proposição deve ser baseada na sua compreensão de um pensamento, nomeadamente no seu pensamento acerca da concepção da condição para sua verdade. Se isso é o caso, essa tese conduziu-nos, portanto, a um raciocínio circular, o que é inaceitável.

Esses são os problemas que levam Dummett a recusar uma teoria clássica do significado. Mas qual é a solução para tais problemas? Como construir uma teoria do significado que escape dos mesmos?

Segundo Dummett, perante esse panorama existe apenas uma alternativa razoável que parece rejeitar a bivalência e os outros problemas, qual seja, devemos adotar uma teoria do significado cuja lógica subjacente seja a lógica intuicionista. Nesse sentido o trabalho de Dummett consistirá no seguinte: Expandir a semântica intuicionista [que é primariamente matemática] e aplica-la a como uma teoria antirrealista deve ser.

É nessa etapa que, finalmente, o projeto antirrealista de Dummett se consolida, pois constrói uma teoria do significado cuja base é a noção de que, se a legitimidade de uma matemática intuicionista é dada pela prova construtiva, então a legitimidade para uma asserção arbitrária será o que ele chamará de “justificação” (DUMMETT, 2010; 135). De modo análogo a sua generalização da tese intuicionista matemática a todo discurso será chamada de “justificacionismo” (DUMMETT, 2010; 135). Assim Dummett chegará a uma teoria do significado que parece muito mais próxima de nosso uso comum da linguagem e de como nós a aprendemos. Entretanto, o preço a se pagar por esse ganho será que essa é uma tese que conduz ao antirrealismo, pois na medida em que a verdade de proposições não é totalmente independente de nós e que sua lógica subjacente marcadamente rejeitará a bivalência, o resultado é de que certas proposições não possuem valor de verdade determinado, ou mesmo valor independente, proporcionando assim uma metafísica cuja característica é ser em algum nível dependente de nossas mentes e possuir buracos na realidade.

5. O “realismo natural”, a tese de Putnam

⁶ Tradução livre de: Dummett, Michael. *The Logical Basis of Metaphysics*. Pág. 3.

Como dissemos anteriormente o “realismo natural” de Putnam é baseado na ideia de que a percepção bem sucedida é uma apreensão direta pelos sentidos da “realidade exterior”. Nesse sentido, o projeto do realismo natural nada mais é do que a tentativa de retomar o projeto de Dewey como visualizado por Putnam, ou seja, retomar o projeto de um “realismo aristotélico sem a metafísica aristotélica”(PUTNAM, 2008; 17). Mas afinal o que significa isso? No que consiste exatamente o pressuposto de Putnam e no que ele difere do pressuposto tradicional? Voltar-nos-emos para a resposta a essa pergunta pois, com a sua formulação e seu desenvolvimento, acreditamos que teremos tornado suficientemente clara e precisa a posição do realismo natural.

O pressuposto de Putnam pode ser descrito como a tentativa de:

“se fazer justiça à nossa convicção de que as alegações de conhecimento são responsáveis perante a realidade, sem nos refugiarmos, em função disso, em algum tipo de fantasia metafísica”(PUTNAM, 2008; 16)

Tendo isso em vista, a posição de Putnam se opõe à posição que é a tradicional desde a modernidade. Essa posição, fundamentada em uma série de fatores como, por exemplo, a ideia ilusória de que “a matematização da natureza nos *impõe* determinada concepção da percepção” (PUTNAM, 2008; 37), postula a concepção de “dados dos sentidos”. Mas o que é essa concepção? A concepção de dados dos sentidos consiste no seguinte: uma teoria onde os objetos dão, por meio de uma cadeia causal, origem a uma série de eventos que incluem o estímulo de nossos órgãos dos sentidos e que geram como produto final os “dados dos sentidos” que são os conteúdos que nós apreendemos. O problema, que Putnam encontra nessa teoria, é o fato de que os dados dos sentidos são tratados como estando apenas em nossa mente, ou seja, são então conteúdos puramente internos cuja natureza, na medida em que é mera afecção subjetiva, faz com que tenhamos de aceitar que as descrições cotidianas das coisas feitas pelo nosso senso comum não possam se aplicar às coisas “tal como elas são em si mesmas” (PUTNAM, 2008; 42).

Devido em grande parte a esse problema, surge à intuição de que enquanto for mantida uma concepção da percepção que contenha algo semelhante à noção da teoria tradicional dos dados dos sentidos estaremos diante de um problema insolúvel. É por causa disso então que o realismo natural adotará o seu próprio pressuposto, qual seja, a doutrina que remonta a Aristóteles de que o que apreendemos quando percebemos algo exterior é o que realmente há no

exterior, ou seja, quando apreendemos calor e frio, é realmente o calor e frio que existem no mundo que estamos apreendendo, quando apreendemos a configuração de algo exterior é realmente a configuração que está no exterior que estamos apreendendo, seja isso a forma de determinado objeto, a consistência de determinado material, a inteligência e a animalidade da pessoa com quem estamos falando, etc. Dessa doutrina, ou seja, da ideia que nossas capacidades cognitivas chegam diretamente aos próprios objetos, o realismo natural surge de forma muito simples pois quando confrontado com a questão da ontologia de “O que compõe o mundo?” a resposta do realista natural torna-se simplesmente. “Ora o mundo é composto dos objetos que são como nós os percebemos.”⁷

6. “Realismo natural” e “antirrealismo” desvelados

Ao final dessa exposição podemos finalmente ter uma clara imagem do que é o realismo natural e o que é o antirrealismo dummettiano.

Vimos que a posição de Dummett consiste em tomar como base uma teoria do significado cuja fundamentação é a noção de prova construtiva, como na matemática intuicionista. O método pelo qual se dá essa prova é o seguinte: O ser humano para entender o significado de algo, expõe o seu método de verificação. Para Dummett, o verificacionismo é o que “melhor descreve o jeito como uma linguagem funciona” (BROCK, 2007; 86). Nesse espírito, a fundamentação da teoria do significado dummettiana, ou seja, a definição do que é o significado, é simplesmente a exposição do “conjunto dos meios canônicos de verificação” (BROCK, 2007; 86) deste significado. Assim sendo Dummett determina, no espírito intuicionista, um método construtivo para uma teoria do significado tendo por base o conceito da justificação. Uma vez que entendemos o que é afinal o antirrealismo dummettiano, devemos ainda notar que a posição de Dummett tem como sua fundamentação a adoção de um pressuposto específico, qual seja, a doutrina de que devemos aceitar a concepção tradicional da teoria da percepção, segundo a qual devido ao fato de haver uma interface entre a mente e os objetos exteriores que apreendemos nós não temos acesso as “coisas tais como elas são em si

⁷ Quanto a essa afirmação devemos fazer um qualificativo que é o seguinte: É altamente discutível que tal afirmação seja simples, mas ainda assim o ponto que queremos defender aqui é que uma teoria da percepção no molde de Putnam dá as bases adequadas para a constituição de sua ontologia.

mesmas” (PUTNAM, 2008; 66). Essa ideia é fundamental, pois uma vez que nossas pretensões de conhecimento não possuem acesso direto ao mundo, Dummett concluirá que a verdade deve ser transcendente ao *reconhecimento* da verdade. Tendo em vista esses resultados, segue-se que a investigação empírica e o dado bruto não são ferramentas uteis na construção de uma ontologia. O caminho a ser seguido nessa tarefa deve tomar por base uma teoria do significado que seja apropriada.

A posição de Putnam, por sua vez, parte do pressuposto que nossas capacidades cognitivas chegam até os próprios objetos. Esse simples pressuposto implica que nossas alegações de conhecimento são responsáveis perante a realidade e que quando falamos de algo estamos, de fato, nos referindo a coisas “exteriores”. Deve-se notar, entretanto que essa doutrina acerca da percepção não implica que nossas alegações de conhecimento perante a realidade estejam estabelecidas de antemão, ou de uma vez por todas, pois a doutrina da percepção do realismo natural não implica a existência de uma totalidade de Formas, estabelecidas de uma vez por todas. Em outras palavras, a realidade não tem de se referir a uma única supercoisa. De fato, a contenção de Putnam, é a de que nossa linguagem, na medida em que evolui, força-nos a “renegociar nossa noção de realidade” (PUTNAM, 2008; 23), entretanto, essa renegociação não lhe parece ser um argumento forte o suficiente para dizer que o que percebemos é mero conteúdo mental, mas parece sim ser apenas um indício de que o conteúdo de nossa linguagem, na medida em que o significado é determinado por nosso uso e que este uso é uma capacidade exercitada, não *tem* de ser unívoco. Tendo em vista todos esses desenvolvimentos, segue-se que a ontologia construída no realismo natural tem como base simplesmente o que é percebido. Os objetos estão na base dessa ontologia na medida em que o que existe é aquilo a que nós possuímos acesso conceitual, nomeadamente, as coisas de que falamos e de que pensamos e essas, por sua vez, correspondem as incidências de uma percepção que está “em contato imediato com o ambiente circundante” (PUTNAM, 2008; 66).

7. Conclusão

O primeiro objetivo desse trabalho consistia em mostrar como o antirrealismo dummettiano e a o realismo de Putnam, sendo ambos posições que podem ser vistos como muito

bem fundamentados uma vez que tomamos aceitamos o seu pressuposto básico, não são contraditórios ou inconsistentes. De fato a afirmação não é só essa, mas sim a contenção mais forte de que na medida em que estes são dois sistemas absolutamente distintos, são eles *de facto* genuínas alternativas um ao outro, onde o fiel da balança para que filosoficamente se adote uma das posições é o simples comprometimento com um tipo determinado de doutrina fundamental, qual seja, um tipo de doutrina acerca da percepção.

Após cumprido esse objetivo, buscávamos também entender quais são os métodos de decisão para a boa escolha filosófica entre uma das duas posições. Quanto a essa questão, parece que nesse estágio somos ainda deixados em certa aporia. A questão de que posição tomar na querela realista, por ser fundamentada num pressuposto básico que escapa ao escopo da investigação empírica, é de muito difícil resolução. Talvez seja mesmo de impossível resolução. Se houver uma solução para essa questão, certamente ela passará por uma defesa argumentativa e bem fundamentada dos motivos pelos quais devemos adotar uma ou outra forma de pressuposto acerca da percepção. Tendo isso em vista, uma resposta final a questão “Devo ser um realista ou um antirrealista?” torna-se impossível aqui. Entretanto, se nada mais, podemos dizer o seguinte: Ao emergir-nos em argumentos a favor ou contra o realismo a questão continua, em princípio, de difícil decisão. A razão disso é simples, os argumentos em ambos os lados são fortes, perspicazes e bons. É afinal por este motivo, sua vasta riqueza argumentativa, que a indecisão acerca do problema realista continua sendo até hoje uma questão filosoficamente tão interessante.

Referências Bibliográficas

Brock, Stuart. Mares, Edwin. *Realism and Anti-Realism*. Ithaca: McGill-Queen's University Press, 2007

Dummett, Michael. Realism. In: *Truth and Other Enigmas*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

Dummett, Michael. *The Logical Basis of Metaphysics*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

Dummett, Michael. *Thought and Reality*. Oxford: Clarendon Press, 2006.

Dummett, Michael. *The Seas of Language*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

Dummett, Michael. *The Nature and Future of Philosophy*. New York: Columbia University Press, 2010.

Putnam, Hilary. (1999) *Corta Tripla: Mente, Corpo e Mundo*. Trad. sob a direção de Adail Sobral. Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras, 2008.

Rorty, Richard. *Objetivismo ,relativismo e verdade*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume-Dulamará, 1997.

Tarsky, Alfred. O conceito de verdade nas linguagens formalizadas. In: Mortari, Cezar A. Dutra, Luiz Henrique. (Org) *A concepção semântica de verdade: Textos clássicos de Tarski*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.